



## Relatório INSP-2020-0158

BI-2020-0101

### 1 – Dados gerais

#### 1.1 - Inspeção

**Data:** 24/11/2020

**Hora:** 11H00

**Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** Cláudia MFG. Rosa

**Outros inspetores da IRA:**

#### Descrição da inspeção:

A inspeção teve como objetivo a verificação do cumprimento do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2016/A, de 16 de junho, que estabelece as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas superficiais e subterrâneas destinadas ao abastecimento público para consumo humano, e respetiva portaria de regulamentação, Portaria n.º 61/2012, de 31 de maio.

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

A visita inspetiva foi acompanhada pelos Vigilantes da Natureza do Serviço de Ambiente do Faial, Mário JP. Silva e Patrícia AS. Meirinho.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

#### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Município da Horta

**NIPC/NIF:** 512073821

**Sede/morada:** Paços do Concelho - Largo Duque de Ávila e Bolama

**Código Postal:** 9900-141

**Freguesia:** Horta (Matriz)

**Concelho:** Horta

**Ilha:** Ilha do Faial

#### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Furo das Areias - Captação de Água para Abastecimento Público para Consumo Humano

**Endereço:** Flamengos

**Código Postal:** 9900

**Freguesia:** Flamengos

**Concelho:** Horta

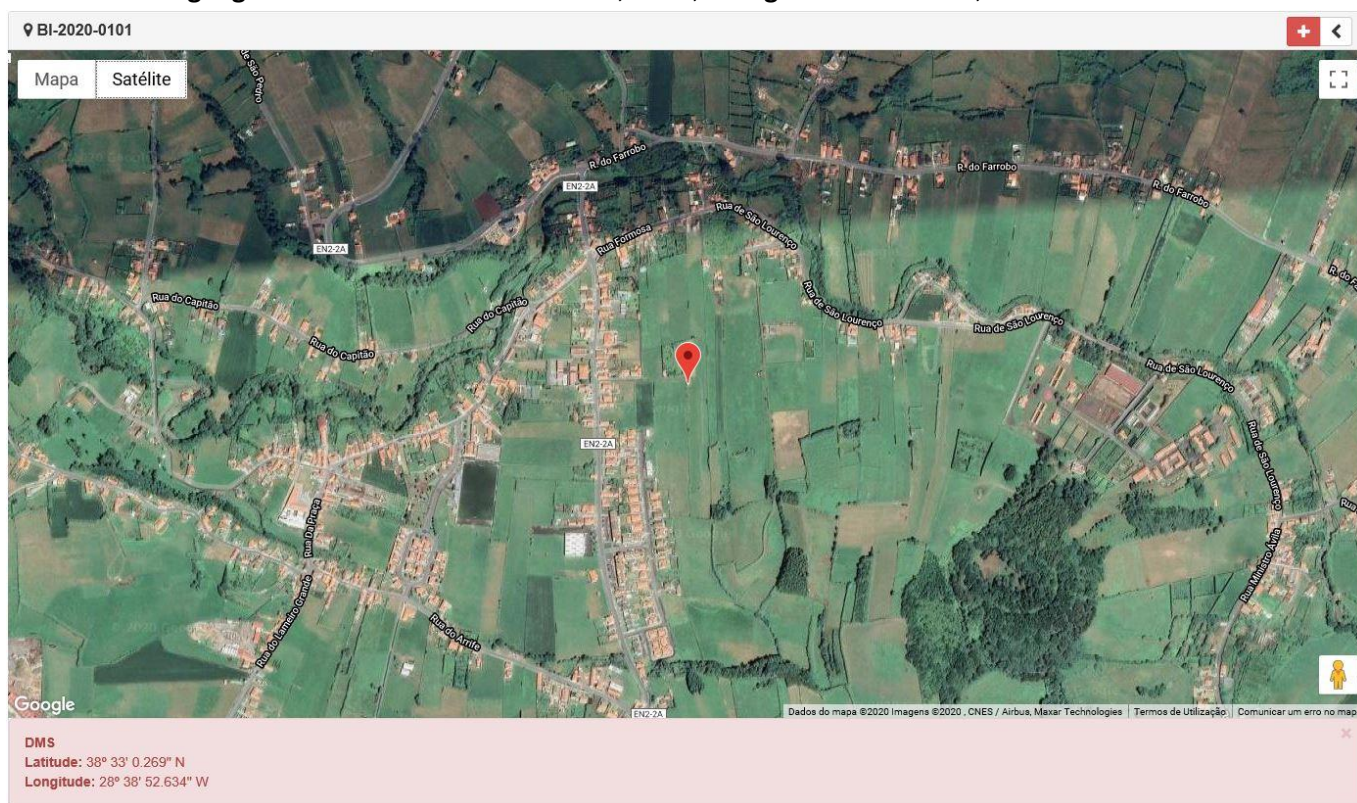
**Ilha:** Ilha do Faial

**Atividade principal:** Administração local (CAE Rev.3: 84113)

**Outras atividades:** Captação e tratamento de água (CAE Rev.3: 36001)

**Licenciamento da atividade:** Não licenciada

**Coordenadas geográficas:** Latitude: 38° 33' 0,25" N; Longitude: 28° 38' 52,64" W



**Figura 1:** Localização do estabelecimento inspecionado – Furo das Areias (Fonte: GESTIRA).

## 2 – Situação observada

## 2.1 – Antecedentes

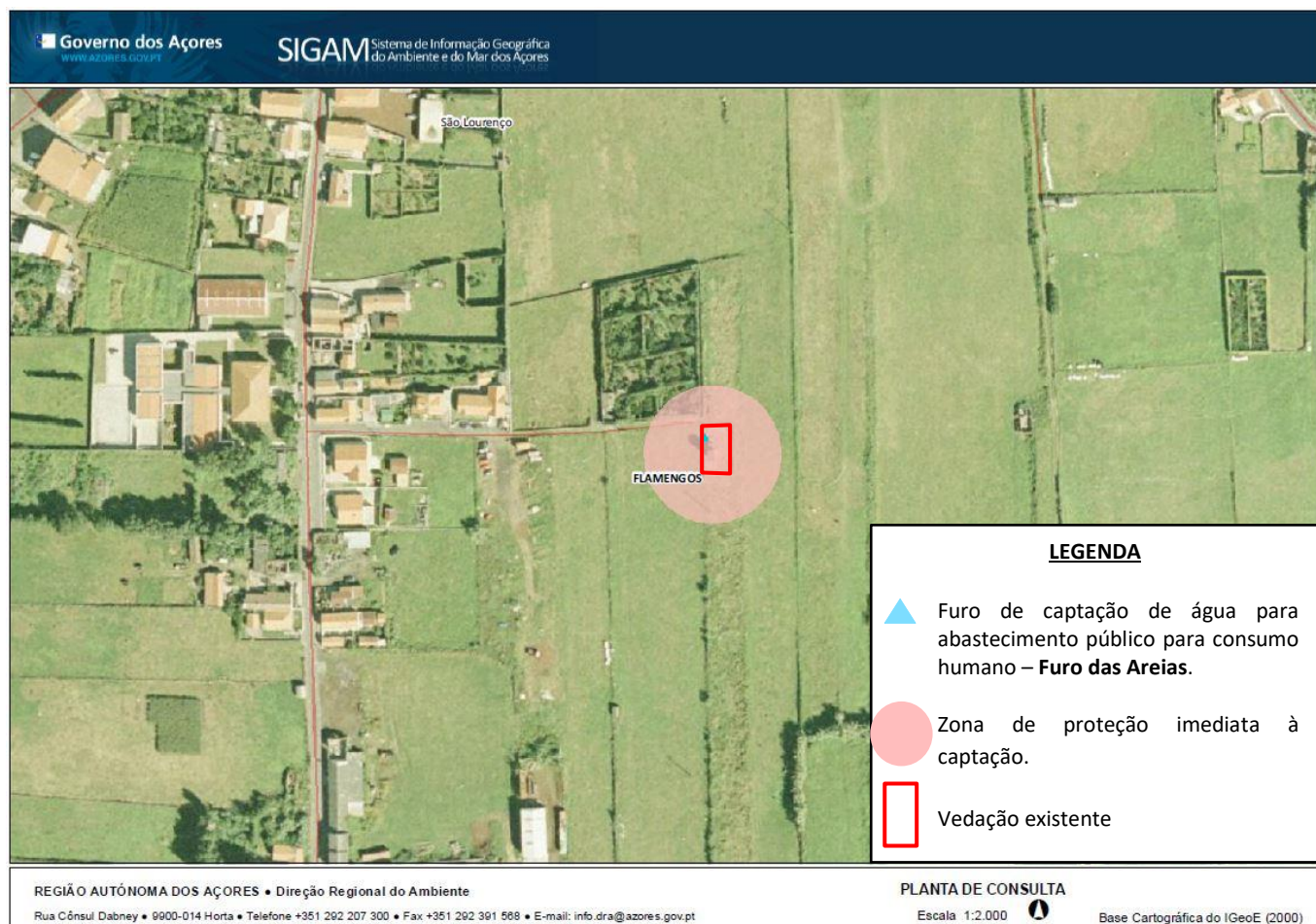
Não foram encontrados antecedentes na IRA sobre o Furo das Areias.

## 2.2 – Descrição da situação observada

No local verificou-se o seguinte:

- i) Existe uma vedação à volta do Furo das Areias (**Figuras 3 e 4**), no entanto o portão não é vedado e encontrava-se aberto; (**Figura 5**);
- ii) A área afeta à zona de proteção imediata da captação de água não se encontra vedada nem sinalizada, ou seja, a vedação existente não abrange a totalidade da zona de proteção imediata, que corresponde à área da superfície do terreno delimitada por um círculo com centro na captação e raio de 30 metros (**Figura 2**).

**OBS:** A zona de proteção imediata deve permanecer limpa de quaisquer resíduos ou produtos que possam provocar a infiltração de substâncias prejudiciais para a qualidade da água da captação, sendo interdita qualquer instalação ou atividade na zona de proteção imediata, com exceção das que têm por objetivo a conservação, manutenção e melhor exploração da captação.



**Figura 2:** Localização do Furo das Areias e respetiva zona de proteção imediata.

(Fonte: Sistema Regional de Informação sobre a água (SRIA); <http://sig.sram.azores.gov.pt/SRAM/site/SRIA/>)



**Figuras 3 e 4:** Estrutura que contém a captação de água e PT da EDA com o quadro elétrico da captação no exterior.



**Figura 5:** Furo das Areias e respetivo quadro elétrico, com vedação com portão aberto



**Figura 6:** Captação de água (Furo das Areias)

## 2.3 – Outras informações obtidas

### 2.3.1 – Consulta do Portal de Informação Geográfica da Direção Regional do Ambiente – Sistema Regional de Informação sobre a Água (SRIA)

Da consulta do SRIA verificou-se a localização da captação, bem como que a zona de proteção imediata respeitante ao perímetro de proteção das captações de água para abastecimento público corresponde à área da superfície do terreno delimitada por um círculo com centro na captação e raio de 30 metros, conforme previsto no n.º 1 do artigo 4.º do DLR n.º 10/2016/A, de 16/06 (Figura 2).

### 2.3.2 – Contacto com a Direção de Serviços de Recursos Hídricos

Na sequência de contacto efetuado com a Direção de Serviços de Recursos Hídricos e Ordenamento do Território, confirmou-se que o Furo das Areias não se encontra licenciado.

## 2.4 – Enquadramento legal

- Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 44/2017, de 19 de junho;
- Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, que estabelece o Regime de Utilização dos Recursos Hídricos, com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 novembro;
- Decreto Legislativo Regional n.º 10/2016/A, de 16 de junho, que estabelece as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas superficiais e subterrâneas destinadas ao abastecimento público para consumo humano na Região Autónoma dos Açores.
- Portaria n.º 61/2012, de 31 de maio, que aprova a delimitação do perímetro de proteção das captações de água para abastecimento público, e que se mantém em vigor ao abrigo do artigo 14.º do DLR n.º 10/2016/A, de 16/06.



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

Infração		Enquadramento legal
a)	Captação de água para abastecimento público para consumo humano, através do Furo das Areias, na freguesia de Flamengos, concelho da Horta, sem o necessário título de utilização dos recursos hídricos.	Viola os artigos 59.º, n.º 2 e 61.º, alínea a), da Lei n.º 58/2005, de 29/12, configurando a prática de <u>contraordenação ambiental muito grave</u> , prevista no n.º 3, alínea a), do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de € 24 000 a € 144 000, em caso de negligência, e de € 240 000 a € 5 000 000, em caso de dolo, nos termos do n.º 4 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
b)	Incumprimento da obrigação de assegurar a vedação e sinalização da área afeta à <u>zona de proteção imediata</u> da captação de água para abastecimento público – Furo das Areias, na freguesia de Flamengos, e de a manter limpa de quaisquer resíduos ou produtos que possam provocar a infiltração de substâncias prejudiciais para a qualidade da água da captação.	Viola o artigo 4.º, n.º 3, do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2016/A, de 16/06, configurando a prática de <u>contraordenação ambiental leve</u> , prevista no n.º 1 do artigo 12.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de € 2 000 a € 18 000, em caso de negligência, e de € 6 000 a € 36 000, em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.

### 4 – Indicações e medidas adotadas

**Medidas adotadas:**

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Envio do relatório de inspeção à DRA e à ERSARA para conhecimento.

Horta, 11 de dezembro de 2020

A Inspetora Superior Principal